

EDITAL VERTICALIZADO

**MP-CE - TÉCNICO
MINISTERIAL**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**A CASA DO
SIMULADO**

CONCURSO DE MP-CE

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME: 08/03/2020 (TARDE).

BANCA: CEBRASPE.

DURAÇÃO: 4h30.

FASES DO CONCURSO:

1. Provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
2. Prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório;

PROVA OBJETIVA

NÚMERO DE QUESTÕES: 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Específicos.

PONTUAÇÃO: 120 pontos.

PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de temas da atualidade.

A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema) a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

PONTUAÇÃO: 30 pontos.

LIMITES DE LINHAS

- **MÍNIMO:** 20 linhas.
- **MÁXIMO:** 30 linhas.

CRITÉRIO DE CORREÇÃO

A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 30,00 pontos; 20
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular;
- c) será computado o número total de linhas (TL) efetivamente escritas pelo candidato;
- d) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida no subitem 10.1 deste edital;
- e) será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (NPD), como sendo $NPD = NC - 6 \times NE \div TL$;
- f) se $NPD < 0$, então $NPD = 0$.

OBSERVAÇÕES:

- Será apenada a dissertação que desobedecer à extensão mínima de linhas, **deduzindo-se, da pontuação atribuída, 0,20 ponto de cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido.**
- Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.
- O candidato que não se enquadrar no subitem 10.7.6 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver sua folha de texto definitivo.
- O candidato que se enquadrar no subitem 10.7.7 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver **NPD ≥ 15,00 pontos.**
- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, **com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe 19 devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto – o qual será gravado em áudio – especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção

de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

- A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva
- A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu no preenchimento.

LÍNGUA PORTUGUESA

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. | | | | | |
| 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. | | | | | |
| 3 Domínio da ortografia oficial. | | | | | |
| 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. | | | | | |
| 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. | | | | | |
| 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. | | | | | |
| 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. | | | | | |
| 5.1 Emprego das classes de palavras. | | | | | |
| 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. | | | | | |
| 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. | | | | | |
| 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. | | | | | |
| 5.5 Concordância verbal e nominal. | | | | | |
| 5.6 Regência verbal e nominal. | | | | | |
| 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. | | | | | |
| 5.8 Colocação dos pronomes átonos. | | | | | |
| 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. | | | | | |
| 6.1 Significação das palavras. | | | | | |
| 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. | | | | | |
| 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. | | | | | |
| 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. | | | | | |
| 7 Noções básicas de redação oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). | | | | | |
| 7.1 Finalidade dos expedientes oficiais (ofício, memorando, ata, relatório, parecer). | | | | | |
| 7.2 Adequação da linguagem ao tipo de documento. | | | | | |
| 7.3 Adequação do formato do texto ao gênero. | | | | | |

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Constituição do Estado do Ceará. | | | | | |
| 2 Lei nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado). | | | | | |
| 3 Lei Complementar nº 72/2008 e suas alterações (Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará). | | | | | |
| 4 Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). | | | | | |
| 5 Lei nº 14.043/2007 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará). | | | | | |

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|---|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Ética e moral. | | | | | |
| 2 Ética, princípios e valores. | | | | | |
| 3 Ética e democracia: exercício da cidadania. | | | | | |
| 4 Ética e função pública. | | | | | |
| 5 Ética no setor público. | | | | | |
| 6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. | | | | | |
| 6.1 Disposições gerais. | | | | | |
| 6.2 Atos de improbidade administrativa. | | | | | |

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

| TÓPICOS | LEITURA | ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS | RASCUNHO | FOLHA DEFINITIVA | REVISÃO |
|--|---------|------------------------|----------|------------------|---------|
| 1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. | | | | | |

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|---|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Noções de organização administrativa. | | | | | |
| 2 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. | | | | | |
| 3 Ato administrativo. | | | | | |
| 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. | | | | | |
| 4 Processo administrativo. | | | | | |
| 5 Agentes públicos. | | | | | |
| 5.1 Espécies e classificação. | | | | | |
| 5.2 Cargo, emprego e função públicos. | | | | | |
| 6 Poderes administrativos. | | | | | |
| 6.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. | | | | | |
| 6.2 Uso e abuso do poder. | | | | | |
| 7 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. | | | | | |
| 8 Lei nº 10.520/2002 e suas alterações e Decreto nº 5.450/2005 e suas alterações. | | | | | |
| 9 Controle e responsabilização da administração. | | | | | |
| 9.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. | | | | | |
| 9.2 Responsabilidade civil do Estado. | | | | | |
| 10 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade administrativa) | | | | | |

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. | | | | | |
| 1.1 Princípios fundamentais. | | | | | |
| 2 Direitos e garantias fundamentais. | | | | | |
| 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. | | | | | |
| 3 Organização políticoadministrativa. | | | | | |
| 3.1 União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. | | | | | |
| 4 Administração pública. | | | | | |
| 4.1 Disposições gerais, servidores públicos. | | | | | |
| 5 Poder Judiciário. | | | | | |
| 5.1 Disposições gerais. | | | | | |
| 5.2 Órgãos do Poder Judiciário. | | | | | |
| 5.2.1 Competências. | | | | | |
| 5.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). | | | | | |
| 5.3.1 Composição e competências. | | | | | |
| 6 Funções essenciais à justiça. | | | | | |
| 6.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. | | | | | |

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Noções de administração. | | | | | |
| 1.1 Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração. | | | | | |
| 1.2 Evolução da administração pública no Brasil após 1930; reformas administrativas; a nova gestão pública. | | | | | |
| 1.3 Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. | | | | | |
| 1.4 Excelência nos serviços públicos. | | | | | |
| 1.5 Excelência na gestão dos serviços públicos. | | | | | |
| 2 Gestão de pessoas. | | | | | |
| 2.1 Equilíbrio organizacional. | | | | | |
| 2.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. | | | | | |
| 2.3 Gestão de desempenho. | | | | | |
| 2.4 Gestão do Conhecimento. | | | | | |
| 2.5 Comportamento, clima e cultura organizacional. | | | | | |
| 2.6 Gestão por competências. | | | | | |
| 2.7 Liderança, motivação e satisfação no trabalho. | | | | | |
| 2.8 Recrutamento e seleção de pessoas. | | | | | |
| 2.9 Análise e descrição de cargos. | | | | | |
| 2.10 Educação, treinamento e desenvolvimento. | | | | | |
| 2.10.1 Educação corporativa. | | | | | |
| 2.10.2 Educação a distância. | | | | | |
| 2.11 Qualidade de vida no trabalho. | | | | | |
| 3 Gestão organizacional. | | | | | |
| 3.1 Planejamento estratégico: definições de estratégia, condições necessárias para se desenvolver a estratégia, questões-chave em estratégia. | | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| 3.1.1 Processos associados: formação de estratégia, análise, formulação, formalização, decisão e implementação. | | | | | |
| 3.1.2 Metas estratégicas e resultados pretendidos. | | | | | |
| 3.1.3 Indicadores de desempenho. | | | | | |
| 3.1.4 Ferramentas de análise de cenário interno e externo. | | | | | |
| 3.1.5 Balanced scorecard. | | | | | |
| 4 Técnicas de mapeamento, análise, simulação e modelagem de processos. | | | | | |
| 4.1 Construção e mensuração de indicadores de processos. | | | | | |
| 5 Gestão de projetos. | | | | | |
| 5.1 Planejamento, execução, monitoramento e controle, encerramento. | | | | | |
| 6 O processo racional de solução de problemas. | | | | | |
| 6.1 Fatores que afetam a decisão. | | | | | |
| 6.2 Tipos de decisões. | | | | | |

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. | | | | | |
| 2. Das Pessoas Naturais: da personalidade e da capacidade; dos direitos da personalidade. | | | | | |
| 3. Das Pessoas Jurídicas: disposições gerais. | | | | | |
| 4. Do Domicílio. | | | | | |
| 5. Das diferentes classes de bens: dos bens considerados em si mesmos (dos bens imóveis; dos bens móveis); dos bens públicos. | | | | | |
| 6. Dos contratos em geral: disposições gerais. | | | | | |
| 7. Das várias espécies de contrato: da compra e venda; da locação de coisas; da prestação de serviço. da responsabilidade civil. | | | | | |
| 8. Do Direito de Família: da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do poder familiar; dos alimentos; da tutela, curatela, e da tomada de decisão apoiada; | | | | | |
| 9. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). | | | | | |
| 10. Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor). | | | | | |

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1. Das Partes e dos Procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e dos seus procuradores; dos procuradores. | | | | | |
| 2. Do Ministério Público. | | | | | |
| 3. Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça: do juiz; dos auxiliares da Justiça: do serventuário e do oficial de justiça; do perito. | | | | | |
| 4. Dos Atos Processuais. | | | | | |
| 5. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo. | | | | | |
| 6. Do Procedimento Ordinário: da petição inicial; da resposta do réu; das provas; da audiência de instrução e julgamento. | | | | | |
| 7. Da sentença e da coisa julgada. | | | | | |
| 8. Da liquidação e do cumprimento da sentença. | | | | | |
| 9. Dos Recursos: das disposições gerais; da apelação; do agravo; dos embargos de declaração. | | | | | |
| 10. Lei nº 7.347/1985 e suas alterações (Ação civil pública). | | | | | |
| 11. Normas processuais de tutela coletiva constantes no CDC. | | | | | |
| 12. Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 040/2017/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação dos feitos extrajudiciais cíveis nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis no âmbito do Ministério Público do Ceará, estabelece o fluxograma desses feitos). | | | | | |

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|--|------|---------|--------|---------|---------|
| 1 Aplicação da lei penal. Imputabilidade penal. Concurso das pessoas. Espécies de pena. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade. Crimes contra a vida. Lesões corporais. | | | | | |
| 2 Crimes contra o patrimônio. | | | | | |
| 3 Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a administração em geral (praticados por funcionário público ou por particular). Crimes contra a administração da justiça. Crimes hediondos. | | | | | |
| 4 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Violência doméstica e familiar contra a mulher). | | | | | |

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

| TÓPICOS | AULA | LEITURA | RESUMO | QUESTÃO | REVISÃO |
|---|------|---------|--------|---------|---------|
| 1. Investigação Criminal. | | | | | |
| 2. Ação penal pública e privada. | | | | | |
| 3. A denúncia. | | | | | |
| 4. A representação. | | | | | |
| 5. A renúncia. | | | | | |
| 6. Jurisdição e competência. | | | | | |
| 7. Sujeitos do processo: Juiz, Ministério Público. Acusador, ofendido, defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliar de justiça. | | | | | |
| 8. Atos Processuais: forma, lugar, tempo (prazo, contagem). | | | | | |
| 9. Comunicações processuais (citação, notificação, intimação). | | | | | |
| 10. Medidas cautelares de natureza pessoal diferentes da prisão. | | | | | |
| 11. Prisão: temporária, em flagrante, preventiva. | | | | | |
| 12. Sentença condenatória. | | | | | |
| 13. Recursos. | | | | | |
| 14. Habeas Corpus: conceito, garantia constitucional, competência, processamento e recursos cabíveis. | | | | | |
| 15. Juizados Especiais Criminais. | | | | | |
| 16. Resolução nº 003/2012 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alterada pela Resolução nº 052/2019/OECPJ (Disciplina e Regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal). | | | | | |